

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. | Resultados do 2º trimestre de 2022

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022 - A Administração da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (“Linhas de Xingu”, “LXTE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T22) e os primeiros seis meses de 2022 (6M22). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

1. Considerações gerais

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (“LXTE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 83,34% do capital social da Companhia. Os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

Desde 10 de junho de 2022, a Energisa Transmissora de Energia S/A, subsidiária da Energisa S/A, passou a deter 100% da Gemini Energy S/A após a conclusão da aquisição das ações representativas do seu capital total e votante com pagamento no montante total de R\$ 802,7 milhões. Esta movimentação faz parte do processo de reestruturação da Companhia, com foco na excelência, novos investimentos e crescente melhoria na gestão de seus ativos.

Segue abaixo quadro o resumo da concessão:

Nome	UF	Extensão (Km)	Subestações	RAP Ciclo 22-23 (R\$ milhões) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LXTE - Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.	PA	508	2	156,4 ^(b)	16,7	Operacional

Notas: (a) Receita anual permitida (RAP) atualizado para o ciclo 22/23 (b) Considera RAP adicional de R\$ 8,6 milhões referente à REA nº 5.149/15.

2. Resultados econômico-financeiros

No 2T22, a Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. apresentou receita operacional líquida de R\$ 43 milhões e lucro de R\$ 22,4 milhões.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da LXTE:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	2T22	2T21	Var. %	6M22	6M21	Var. %
Receita Operacional Bruta	48,6	41,7	+ 16,5	101,2	82,1	+ 23,3
Receita Operacional Líquida	43,1	36,6	+ 17,8	89,7	71,9	+ 24,8
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	52,3	27,5	+ 90,2	85,2	55,1	+ 54,6
EBITDA	52,3	27,5	+ 90,2	85,2	55,1	+ 54,6
Resultado financeiro	(18,9)	(14,4)	+ 31,3	(35,4)	(28,0)	+ 26,4
Contribuição social e imposto de renda	(11,0)	(5,0)	+ 120,0	(16,5)	(9,3)	+ 77,4
Lucro Líquido	22,4	8,2	+ 173,2	33,3	17,8	+ 87,1

Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
	30/06/2022	31/12/2021	Var. %
Ativo Total	2.140,8	2.208,01	-3,0%
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	73,7	87,20	-15,5%
Patrimônio Líquido	833,4	892,44	-6,6%

3. Estrutura de capital

3.1 Caixa e Endividamento

A posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 73,7 milhões em junho de 2022, frente aos R\$ 107,4 milhões registrados em março de 2022.

Em 30 de junho de 2022, a dívida líquida foi de R\$ 767,1 milhões, contra R\$ 755,6 milhões em março de 2022.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2022	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	86,5	83,9	77,9
Empréstimos e financiamentos	16,2	16,2	12,5
Debêntures	69,5	66,9	64,5
Encargos de dívidas	0,8	0,9	0,9
Não Circulante	754,3	779,1	769,8
Empréstimos e financiamentos	134,6	140,6	142,7
Debêntures	619,7	638,5	627,1
Total das dívidas	840,8	863,0	847,6
(-) Disponibilidades financeiras	73,7	107,4	87,2
Total das dívidas líquidas	767,1	755,6	760,5

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

**BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.336	45.653
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	14.141	-
Consumidores e concessionárias	17.512	16.998
Tributos a recuperar	3.799	1.925
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	160.143	154.111
Despesas pagas antecipadamente	2.479	1.680
Outros créditos	3.929	3.176
Total do circulante	207.339	223.543
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	1.877.880	1.865.516
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	54.232	41.503
Depósitos Judiciais	590	592
Partes relacionadas	-	75.876
	1.932.702	1.983.487
Imobilizado		
Intangível	711	938
Total do não circulante	1.933.413	1.984.470
Total do ativo	2.140.752	2.208.013

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

2. Balanço Patrimonial Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)	30/06/2022	31/12/2021
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	11.613	18.578
Encargos de dívidas	800	865
Empréstimos e financiamentos	16.154	12.513
Debêntures	69.536	64.487
Impostos e contribuições sociais	4.843	2.854
Encargos do Consumidor	1.428	1.049
Outros passivos	2.510	2.849
Total do circulante	106.884	103.195
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	134.613	142.689
Debêntures	619.701	627.076
Provisões	22.593	36.987
Impostos e contribuições sociais	188.513	186.811
Tributos Diferidos	234.217	217.830
Outros passivos	863	981
Total do não circulante	1.200.500	1.212.374
Patrimônio líquido		
Capital social	632.529	632.529
Reservas de Capital	52.227	52.751
Reserva legal	17.762	17.762
Reserva especial de dividendos	97.549	189.402
Lucros acumulados	33.301	-
Total do patrimônio líquido	833.368	892.444
Total do passivo e patrimônio líquido	2.140.752	2.208.013

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

3. Demonstrações de Resultados

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	2T22	2T21
Receita operacional bruta		
Receita de construção da infraestrutura	(2.034)	1.594
Ganho/Perda de eficiência na implementação da infraestrutura	8.057	-
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	75
Receita de operação e manutenção	1.925	2.849
Receita de remuneração do ativo de contrato	39.072	35.803
Outras receitas	1.617	1.377
Total de receita operacional bruta	48.637	41.698
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(655)	(594)
PIS diferido	(110)	(80)
COFINS corrente	(3.019)	(2.733)
COFINS diferido	(508)	(366)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(310)	(286)
Taxa de fiscalização	(959)	(1.018)
	(5.561)	(5.077)
Receita operacional líquida	43.076	36.621
Despesas operacionais		
Pessoal	(3.176)	(1.824)
Material	(85)	(358)
Serviços de terceiros	(4.131)	(2.484)
Amortização e Depreciação	(44)	(225)
Custo de construção	746	(2.974)
Outras despesas	15.948	(1.212)
	9.258	(9.077)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	52.334	27.544
Resultado financeiro		
Receita de aplicações financeira	2.118	727
Outras receitas financeiras	781	932
Encargos de dívidas - juros	(20.328)	(15.139)
Outras despesas financeiras	(1.504)	(933)
	(18.933)	(14.413)
Resultado antes dos tributos	33.401	13.131
Contribuição social e imposto de renda	(10.967)	(4.977)
Lucro líquido do período	22.434	8.154

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Conselho de Administração

Ricardo Perez Botelho
Conselheiro

Maurício Perez Botelho
Conselheiro

Gioreli de Sousa Filho
Conselheiro

Daniele Araújo Salomão Castelo
Conselheiro

Antonio Carlos de Andrada Tovar
Conselheiro Suplente

Róger Araújo Castro
Conselheiro

Tulio Luis Mauro Barata
Conselheiro Suplente

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor Técnico

Vicente Cortes de Carvalho
Contador
CRC-MG 042523/O-7

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **período findo em 30 de junho de 2022** *(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)*

1. Contexto operacional

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou LXTE"), com sede no Rio de Janeiro e com filiais no Amapá e no Pará, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

A Gemini Energy S.A. detêm 83,34% do capital social da Companhia. Os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

Em 17 de fevereiro de 2022, a Energisa Transmissora de Energia S/A, celebrou, com Energisa S/A na qualidade de Interviente Garantidora, um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com os vendedores Power Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura e Perfin Apollo 14 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, tendo, ainda, como Intervientes Anuentes as sociedades alvo do Contrato de Compra e Venda, para regular a aquisição de 2.330.106 ações ordinárias de propriedade dos Vendedores, de emissão da Gemini Energy S/A.

A Gemini é detentora de 83,34% da Companhia que possui atividade operacional de transmissão na região Norte que interliga importante sistema de geração como Tucuruí e Xingu a centros de consumo do Pará.

O Valor da Transação será de R\$0,353037 por ação, considerando a assunção do endividamento líquido de R\$1.734.245 detido pela Gemini.

Em 28 de março de 2022 e 26 de abril de 2022 ocorreram as aprovações da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Aneel, respectivamente.

Em 10 de junho de 2022 ocorreu a alteração de controle indireto da Companhia, passando a Energisa S/A ser detentora de 100% das ações da Gemini Energy S/A.

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008 a Isolux Ingenieria S.A. (ex-controladora da Gemini Energy) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A - linha Tucuruí-Jurupari. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2008.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xingu em 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações entraram em operação comercial no dia 12 de junho de 2013.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 74.300 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A última revisão tarifária ocorreu em 2019 conforme Resolução Homologatória 2.635 e a próxima ocorrerá em 5 anos de acordo com o tempo estimado no contrato de concessão. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia.

Em 05 de outubro de 2021, a Aneel, de acordo com a resolução homologatória nº 2.959, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 132.278 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em fevereiro de 2022 foram concluídas as atividades de implantação do 3º Banco de Transformador na subestação de Jurupari (PA), com a emissão dos Termos de Liberação Definitivos (TLDONS/42/2/2022 e TLDONS/43/2/2022), confirmando o início da sua operação integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

O escopo deste reforço inclui a construção do terceiro banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV, de 3x150 MVA, um módulo de conexão em 500 kV, arranjo disjuntor e meio, e um módulo de conexão em 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, na subestação Jurupari, localizada no Município de Almeirim - PA.

A implantação do reforço foi autorizada pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 5.149, de 31 de março de 2015, que permitiu a Linhas do Xingu Transmissora de Energia S.A. - LXTE, incorporar o novo ativo à sua base existente, estabelecida pelo Contrato de Concessão nº 008/2008.

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço, como segue.

As controladas deverão realizar o licenciamento e contratação de todas as obras para a operação dos empreendimentos buscando antecipar estes prazos.

As obrigações das controladas, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN por um período de 30 anos:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 1.4 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas na imprensa em 23 de março de 2022.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 10 de agosto de 2022.

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 1.5 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

2.3 Reapresentação das demonstrações financeiras

A administração revisitou a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa conforme o CPC 03 - Fluxo de Caixa e concluiu sobre a reapresentação do juros pagos como atividade financiamento para melhor apresentação dos saldos e reapresentação do saldo final de caixa e equivalente de caixa para que a abertura do saldo esteja conforme a prática contábil da controladora indireta Energisa Transmissora de Energisa S/A:

	2021 Reapresentação	Ajustes	2021 Original
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	42.658	11.151	31.507
Juros pagos	-	11.515	(11.515)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	8.511	(11.151)	19.662
Pagamento de empréstimos e debêntures- principal e juros	(11.515)	(11.515)	-

3. Informações por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

4. Caixa e equivalente de caixa

4.1. Caixa e equivalente de caixa e aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é constituída, por operações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2022 equivale a 105 % do CDI.

	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	5.326	180
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	10	45.473
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	10	45.473
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	5.336	45.653

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

4.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos públicos, Letra Financeira do Tesouro (LFT), entre outros.

	30/06/2022	31/12/2021
Fundo de Investimentos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB) ⁽²⁾	54.232	41.503
Títulos públicos	6.399	-
Depósitos Inst. Financ.	3.175	-
Títulos de crédito privado	2.200	-
Oper. Compromiss. lastr. Tít. Públ. Federais	2.076	-
Outras cotas de fundos de investimento	291	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	68.373	41.503

(1) Fundo de investimentos foram remuneradas a 106,7% do CDI.

(2) Refere-se à conta reserva estabelecida em garantia do contrato de empréstimo do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

5. Concessionárias e Permissionárias

	30/06/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	17.384	16.998
Transações com partes relacionadas	128	-
Total - Circulante	17.512	16.998

6. Tributos a recuperar

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (*)	2.584	1.293
Contribuição Social s/o Lucro - CSLL (*)	714	62
Contribuições ao PIS e a COFINS	570	544
Imposto sobre Serviços - ISS	-	26
Total - circulante	3.799	1.925

(*)Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Imposto de Renda	13.438	17.058
Contribuição Social	4.838	6.141
Total - ativo não circulante	18.276	23.199
Passivo		
Imposto de Renda	185.656	177.227
Contribuição Social	66.837	63.802
Total - passivo não circulante	252.493	241.029
Total líquido - passivo não circulante	(234.217)	(217.830)

	30/06/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	52.319	13.080	52.859	13.215
Base negativa da contribuição social	52.319	4.709	52.859	4.757
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(87)	(29)	14.307	4.864
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outros)	1.518	516	1.066	363
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(576.472)	(196.000)	(537.720)	(182.825)
Outras exclusões temporárias	(166.153)	(56.493)	(171.187)	(58.204)
Total passivo não circulante	(636.556)	(234.217)	(587.816)	(217.830)

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do período, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	49.803	27.065
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(16.933)	(9.202)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(104)	(530)
Créditos sobre incentivos fiscais	315	-
Outras exclusões / (adições) permanentes	220	481
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(16.502)	(9.251)
Alíquota efetiva	33,13%	34,18%

8. Transação com partes relacionadas

	30/06/2022	31/12/2021
Gemini Energy S.A*	-	75.876

Em 20 de maio de 2022 ocorreu a deliberação dos dividendos no valor de total de R\$ 91.853 conforme nota 15 - Patrimônio Líquido. Em 10 de junho de 2022 a Companhia encerrou o saldo em aberto através da distribuição de dividendos.

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissora S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que detem o controle acionário, direta ou indiretamente, das seguintes empresas com transações operacionais com a LXTE:

Controladas diretas da Energisa S/A:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);

Saldo a receber - Disponibilização de sistema de transmissão (*):

	30/06/2022
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);	17
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);	10
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);	41
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);	9
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);	23
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);	18
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);	10
	128

Disponibilização do sistema de transmissão (*):

	30/06/2022
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);	50
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);	6
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);	30
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);	122
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);	28
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);	69
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);	54
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG);	10
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);	30
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);	5
	404

(1) Os serviços prestados referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

Remuneração dos administradores

	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração da Diretoria	2.279	210
Outros Benefícios ^(a)	980	80

(a) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes relativas ao mês de junho foram de R\$1.457 e R\$237 (R\$53 e R\$53 em 2021), respectivamente. A remuneração média em 30 de junho de 2022 foi de R\$847 (R\$53 em 2021).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

Em dezembro de 2019 foi aprovado o Plano Geral em Assembleia Geral Extraordinária a criação de um plano de outorga de ações entre a controlada Gemini Energy S/A e a administração.

Em janeiro de 2020 ocorreu o contrato de outorga entre a controladora e a diretoria conforme as premissas abaixo:

	Programa ILP
Total de opções de ações outorgadas	112.826
Data de aprovação do Conselho de Administração	30 de dezembro de 2019
Data de início <i>vesting</i>	31 de janeiro de 2020
Prazo de carência	10 anos
Movimentação	Liquidado

Em junho de 2022, com a conclusão da alienação da Companhia para a controladora indireta Energisa Transmissora de Energia S/A, ocorreu o pagamento aos beneficiários de R\$ 1.906 conforme evento de liquidez previsto no plano.

Em 10 de junho de 2022 o plano foi encerrado e cancelado conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

9. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das companhias de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas Companhias através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o período findo em 30 de junho de 2022 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	Total
	LT 500 kv Tucuruí - Xingu; LT 500 kv Xingu - Jurupari; SE Jurupari - 3° Banco de autotransformadores 500/230 Kv
Margem de construção	2% a 3%
Margem de operação e manutenção	2,00%
Taxa de remuneração	7,75% a 15,38%
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos	1.380.158
RAP anual	79.418
Ativo de contrato em 31/12/2020	1.903.979
Receita de remuneração do ativo de contrato	145.983
Receita das margens da obrigação de performance de construção	5.578
Receita de operação e manutenção	9.097
Ganhos/perdas de remuneração ativo contratual	63.517
Receita de construção da infraestrutura	41.325
Recebimento RAP	(149.852)
Ativo de contrato em 31/12/2021	2.019.627
Receita de remuneração do ativo de contrato	77.706
Receita das margens da obrigação de performance de construção	329
Receita de operação e manutenção	3.930
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	13.854
Receita de construção da infraestrutura	2.433
Recebimento RAP	(79.856)
Ativo de contrato em 30/6/2022	2.038.023
Circulante	160.143
Não Circulante	1.877.880

10. Fornecedores

	LXTE	
	30/06/2022	31/12/2021
Materiais	2.825	8.454
Serviços	8.788	10.124
Total - circulante	11.613	18.578

11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação do empréstimo e financiamento está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2021	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 30/06/2022
Mensurados ao custo					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	156.067	(4.207)	(6.343)	6.050	151.567
Total do custo	156.067	(4.207)	(6.343)	6.050	151.567
Circulante	13.378				16.954
Não circulante	142.689				134.613

	Saldo em 31/12/2020	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	227.032	(39.255)	(45.803)	14.093	156.067
Total	227.032	(39.255)	(45.803)	14.093	156.067
Circulante	3.261				13.378
Não circulante	223.771				142.689

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	Garantias (*)
	30/06/2022	31/12/2021				
CCB 007.10/0061-5	151.566	156.067	8,5% a.a.	10/10/2031	Mensal	CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações da concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.
Total em Moeda Nacional	151.566	156.067				

Em 30 de junho de 2022 o empréstimo e financiamento classificado no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Amortização Não Circulante
2023	8.077
2024	16.154
2025	16.154
2026	16.154
Após 2026	78.074
Total	134.613

12. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 30/06/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado					
IPCA	135.087	-	-	11.564	146.651
TJLP	570.778	(32.219)	(2.934)	20.574	556.199
Gastos com captação	(14.302)	-	-	689	(13.613)
Total do custo	691.563	-	32.219	32.827	689.237
Circulante	64.487				69.536
Não circulante	627.076				619.701

	Saldo em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado						
IPCA	-	120.000	-	-	15.087	135.087
TJLP	604.749	-	(61.852)	(6.014)	33.895	570.778
Gastos com captação	(17.982)	-	-	-	3.680	(14.302)
Total do custo	586.767	120.000	(61.852)	(6.014)	52.662	691.563
Circulante	61.614					64.487
Não circulante	525.153					627.076

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimento	Vencimento	Amortização do principal	Garantias (*)
	30/06/2022	31/12/2021						
LXTE								
Debêntures 2ª Emissão, Série única	146.651	135.087	29/03/2021	120.000.000	IPCA+5,83% a.a na base 252	15/04/2036	Ano	A
Debêntures 1ª Emissão, 4 séries	556.199	570.778	27/01/2012	602.447.754	TJLP + 1% a.a.	15/10/2030	Semestral	B
Custo de captação incorrido na contratação	(13.613)	(14.302)						
Total LXTE	689.237	691.563						

(*) A= ICSD >= 1,20x com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas da Emissora. Cessão fiduciária do contrato de Fibra Óptica da TIM e Aval de 100% pela Gemini Energy, Cessão fiduciária subordinadas ao FDA e FNO

(Sobejo)

(*) B= CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações da concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

Condições de *covenants*

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 1,2 x de fevereiro/22 até o vencimento	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de junho de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Amortização Não Circulante
2023	32.652
2024	69.654
2025	70.379
2026	73.279
Após 2026	373.737
Total	619.701

13. Impostos e Contribuições Sociais

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ	1.541	666
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL ⁽¹⁾	556	127
Contribuições ao PIS e a COFINS ⁽²⁾	189.688	187.983
Encargos Sociais	948	584
Imposto sobre serviços - ISS	3	161
Tributos retidos na Fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	620	144
Total	193.356	189.665
Circulante	4.843	2.854
Não circulante	188.513	186.811

(1) Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável

(2) Referem-se a Pis e Cofins a pagar e diferido originado pelo ativo de contrato.

14. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental.

Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Ambiental
Saldo em 31/12/2021	36.987
Reversões de provisões (*)	(16.379)
Atualização	1.985
Saldo em 30/06/2022	<u>22.593</u>

(*) No período findo em 30 de junho de 2022 a Companhia obteve êxito nas ações do auto de infração IBAMA em que decisão recente reconheceu a prescrição cancelando o auto, o que possibilitou a reversão da provisão constituída.

Ambiental

Os processos estão relacionados ao descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cíveis, regulatória, ambiental, fundiário e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Abaixo demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatória	Ambiental	Fundiário	Fiscais	30/06/2022
Saldo em 31/12/2021	2	4.385	2.556	45.941	1	61.470	114.355
Novas Adições	-	-	-	-	-	23.135	23.135
Reversões de provisões	-	-	-	(23.433)	-	(849)	(24.282)
Atualização	1	600	252	1.285	-	6.537	8.675
Saldo em 30/06/2022	<u>3</u>	<u>4.985</u>	<u>2.808</u>	<u>23.793</u>	<u>1</u>	<u>90.293</u>	<u>121.883</u>

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria a processos cíveis relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Regulatória

Revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 008/2008-ANEEL, celebrado entre LXTE e ANEEL para a prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão da rede de interligação.

Ambiental

A Companhia está envolvida em processos judiciais envolvendo discussão sobre multa proveniente de possível descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental; suposto descumprimento das condicionantes n 2.8 da LO 1218/2014 e 2.7 e 2.19 da ALA ICMBIO N 11/2010.

Fiscal

Execução Fiscal 0001307-30.2019.8.14.0075 no montante de R\$37.096 (R\$ 33.284 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada 12/02/2019 pela prefeitura de Porto do Moz, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade. A Companhia defende que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital Social

O capital social é de R\$ 632.529 representando 632.529.095 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	527.120.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	105.409.095
	<u>632.529.095</u>

15.2. Reserva de Capital

Em 30 de junho de 2022 inclui o montante de R\$ 52.227 (R\$52.751 em 2021) referente a transações relacionadas abaixo:

	30/06/2022	31/12/2021
Conversão de pagamento de debenture FDA em Ações	52.751	52.751
Transação entre sócios (*)	(524)	-
Total	<u>52.227</u>	<u>52.751</u>

(*) Refere-se ao impacto do programa de remuneração variável pago em junho de 2022.

15.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do período antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

15.4. Reserva Especial de dividendos

A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 50% do lucro líquido ajustado, apurado no período findo em períodos anteriores que serão destinados a reversa especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em períodos subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Em 20 de maio de 2022 ocorreu a deliberação dos dividendos no valor de total de R\$ 91.853 equivalente a 0,1452 por ação alcançando o valor final de R\$ 97.529 (R\$ 189.402 em 31 de dezembro de 2021). Em 10 de junho de 2022 ocorreu o pagamento de R\$ 15.307 ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e a compensação de R\$ 76.546 do saldo de parte relacionada em aberto com a Gemini Energy S.A.

16. Receita operacional

Descrição	01/04/2022	01/01/2022	01/04/2021	01/01/2021
	a 30/06/2022	a 30/06/2022	a 30/06/2021	a 30/06/2021
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	(2.034)	2.433	1.594	4.222
Ganho/Perda de eficiência na implementação da infraestrutura ⁽²⁾	8.057	13.854	-	-
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	329	75	115
Receita de operação e manutenção	1.925	3.930	2.849	3.481
Receita de remuneração do ativo de contrato	39.072	77.706	35.803	71.480
Outras receitas	1.617	2.946	1.377	2.772
Total de receita operacional bruta	48.637	101.198	41.698	82.070
Deduções da receita operacional				
PIS corrente	(655)	(1.301)	(594)	(2.449)
PIS diferido	(110)	(304)	(80)	(135)
COFINS corrente	(3.019)	(5.992)	(2.733)	(4.309)
COFINS diferido	(508)	(1.398)	(366)	(620)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(310)	(620)	(286)	(583)
Taxa de fiscalização	(959)	(1.913)	(1.018)	(2.033)
Dedução da receita	(5.561)	(11.528)	(5.077)	(10.129)
Receita operacional líquida	43.076	89.670	36.621	71.941

(1) Redução da receita no trimestre refere-se a reversão da provisão para término financeiro da obra do reforço do transformador autorizado pelo REA 5.149 de 2015.

(2) Refere-se ao ganho de eficiência na implementação da infraestrutura do reforço do transformador autorizado pelo REA 5.149 de 2015.

17. Lucro por ação

	2022	2021
Lucro líquido do período:	33.301	17.815
Média ponderada das ações	632.529	632.529
Lucro líquido básico por ação - R\$ (*)	0,0526	0,0282

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

18. Cobertura de seguros

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2022	2021
Seguro Patrimonial	02/04/2023	1.000	1	-
Auto	30/05/2023	450	14	6
Responsab.Civil Geral	13/06/2023	20.000	19	12
Riscos Operacionais	13/06/2023	120.000	1.711	1.628
Judicial Execução Fiscal	23/08/2023	66.711	1.308	1.308
Equipamentos portáteis	22/03/2023	287	11	-
Instrumentos	11/05/2023	1.798	88	-
			3.152	2.954

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	30/06/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		5.336	5.336	4.583	4.583
		5.336	5.336	4.583	4.583
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	14.141	14.141	41.070	41.070
Caixa Restrito	2	54.232	54.232	41.503	41.503
		68.373	68.373	82.573	82.573
Passivo					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas.		840.804	840.804	847.630	847.630
		840.804	840.804	847.630	847.630

Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e debêntures. O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/ avaliação:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.
- (b) Empréstimos e Debêntures: a Companhia possui operações de empréstimos e debêntures que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (Banco da Amazônia S.A. e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM).

Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a estas instituições. Por isso, não está contemplado no escopo do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, que afirma que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas que estão sujeitos, visto que, no Brasil, não existe um mercado consolidado para dívidas de longo prazo, ficando a oferta restrita normalmente a um ente governamental.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período findo de 30 de junho de 2022 são como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
Dívida - Empréstimos financiamentos e debêntures	840.804	847.630
Caixa e equivalentes de caixa	(5.336)	(4.583)
Dívida líquida	835.468	843.047
Patrimônio líquido	833.368	892.444
Índice de endividamento - líquido	1,00	0,94

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		11.613	-	-	-	-	11.613
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	9,96%	50.175	60.924	240.205	265.869	828.083	1.445.256
Total - (Perdas)		61.788	60.924	240.205	265.869	828.083	1.456.869

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As controladas são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia e controladas conseguirem cumprir seu planejamento financeiro para os próximos períodos.

b) Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	4	5.336	4.583
Concessionárias e permissionárias	5	17.512	16.998
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4	68.373	82.573

c) Risco de mercado: taxa de juros

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 12, é composta de financiamentos obtidos junto instituições através de emissões no do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos,

seriam obtidos os seguintes resultados:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	68.373	Alta CDI	9.059	11.324	13.589
Caixa Equivalente	10		1	2	2
Instrumentos financeiros passivos:					
Debêntures 2ª Emissão, Série única	(146.651)	Alta TLJP	(37.933)	(47.416)	(56.900)
Debêntures 1ª Emissão, 4 séries	(556.199)	Alta IPCA	(8.051)	(10.064)	(12.077)
Total	(634.467)		(36.923)	(46.154)	(55.385)

Gerenciamento dos riscos de liquidez

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As controladas são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

20. Informações adicionais aos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2022
Outras transações não caixa	
Atividades de financiamento	
Pagamento dividendos	(75.876)
Partes relacionadas	75.876

21. Evento Subsequente

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, através da Resolução homologatória nº 3.067, estabeleceu a RAP das transmissoras para o ciclo 2022/2023. O reajuste foi em média de 11,73%, correspondente a variação do índice de atualização (IPCA), previsto no contrato de concessão.

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor Técnico

Vicente Cortes de Carvalho
Contador
CRC-MG 042523/O-7 "S" RJ

Linhas de Xingu

Transmissora de Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes aos Períodos de Três e Seis Meses
Findos em 30 de Junho de 2022 e Relatório sobre a
Revisão de Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias referidas anteriormente incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em

todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3